

Fórum de Debates

O Fórum de Debates visa estimular a troca de idéias entre os juizes da Subseções Judiciárias do Estado de São Paulo. Nesta edição a juiza federal coordenadora da 16ª Subseção, em Assis, **Elídia Aparecida de Andrade Correa**, e o juiz federal coordenador do Fórum da 6ª Subseção, em São José de Rio Preto, **Dênio Silva Thé Cardoso**, escrevem sobre os autos virtuais.

Ele foi o mestre da paisagem e o inovador na técnica de fotografar temas em movimento. Conheça o fotógrafo Eadward Muybridge. Depois de Tiros em Columbini, Michael Moore traz Fahrenheit 9/11, dois documentários obrigatórios.



ANO 2 - Nº 36 - 1 a 15 de julho/2005

<http://imprensa.jfsp.gov.br>

SEÇÃO DE DIVULGAÇÃO SOCIAL - SUDS



FÓRUM DE São Bernardo do Campo

ENTRE PILHAS DE PROCESSOS,
SBC QUER ESPAÇO PARA TRABALHAR

Formada por três varas cumulativas, a 14ª Subseção Judiciária, em São Bernardo do Campo (SBC), foi inaugurada em 20 de outubro de 1997, com um acervo inicial de cerca de 13.997(*) processos. Pouco tempo depois, as varas criaram soluções alternativas para fazer frente a expansão acelerada e contínua do acervo: mezaninos, escada em caracol, corredores de armários de aço...

Em dezembro de 2004, um levantamento realizado pelo próprio Fórum e encaminhado ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), dava conta de 26.832 processos em trâmite, descontados os feitos sobrestados, para cinco juizes em atividade, que resultava em cerca de 5.366 feitos para cada um. Em maio deste ano, o volume de processos passou para 28.037 e a distribuição está recebendo, em média, 700 processos/mês.

A competência territorial da 14ª Subseção abrange além de São Bernardo do Campo, as cidades de Diadema e Rio Grande da Serra, totalizando uma população de 1.197.508 hab. (**). Nas causas que versarem sobre execução fiscal e matérias previdenciárias, a competência jurisdicional abrange o município de São Bernardo do Campo. Mesmo assim, nas secretarias estão lotados três analistas, sete técnicos e um diretor e não há espaço para o agente previsto.

Diante da situação, o juiz federal Carlos Alberto Lloverra, coordenador do Fórum, faz um apelo, "que a 14ª subseção possa se mudar para um espaço adequado o quanto antes". Ele revela que já existe um imóvel em vista aguardando aprovação. Enquanto isso, o coordenador imagina o fórum ideal, "um prédio de dois andares, com espaço interno e externo amplos, seis varas cumulativas, 12 juizes..."



Servidores da secretaria da 1ª Vara

Foto: Giuseppe Campanini



Fotos: Giuseppe Campanini

Carlos Alberto Lloverra nasceu na Capital (Ipiranga), cresceu e estudou em SBC. Atuou no Fórum de Presidente Prudente e no Fórum Criminal Jarbas Nobre. Em 2000 assumiu a 1ª Vara em SBC.

...ENORME ATRATIVIDADE

Desde sua inauguração, o acervo do Fórum de SBC reflete a imagem de uma região industrial e muito rica. As ações podem ser divididas em dois grandes grupos, levando-se em conta o volume de processos: execuções fiscais e ações previdenciárias, depois vêm as ações tributárias, as penais e as diversas.

Apesar da saída de grandes indústrias a partir da década de 90 (1990), o ABC continua exercendo enorme atratividade para investidores da indústria automotiva e de empreendimentos de menor porte, como demonstra pesquisa do SEADE(***) realizada em todo o Estado de São Paulo no ano de 2000.

Para Lloverra "as ações que tramitam no Fórum, execuções fiscais ações previdenciárias e tributárias explicam-se pelo perfil da região, onde as indústrias começaram a se instalar no final da década de 50 (****). Embora muitas empresas tenham saído para outros pólos industriais em busca de condições mais favoráveis, inclusive mão-de-obra mais barata, vieram outras e criaram um novo perfil econômico. Empresas menores que orbitavam em torno das que saíram, tornaram-se devedoras do fisco e do INSS, gerando execuções fiscais, e a população de migrantes que chegou a partir da década de 60 (1960), já questiona sua aposentadoria em ações previdenciárias".

"Por outro lado", explica o juiz coordenador, "as ações previdenciárias revelam o perfil de um jurisdicionado em sua maioria metalúrgico, migrado de quase todas as regiões do país, com predominância do Nordeste. Eles buscam

Juiz federal, coordenador da 14ª Subseção Judiciária, Carlos Alberto Lloverra; acima fachada do Fórum na rua Marechal Deodoro, 2316

2

CANAL ABERTO Viviane do Centro de Memória, conta a história de Costelina. **CINE&VÍDEO:** Tiros em Columbine e Fahrenheit 9/11. **FOTOGRAFIA:** Omestre da paisagem e do movimento.

3

FÓRUM DE DEBATES: Autos Virtuais: bom para todos ou só para os JEFs? **PUBLICAÇÕES:** Teoria Geral do Processo e Apontamentos de Direito Tributário

4

FACILITANDO O SEU TRABALHO: Notas falsas, qual a melhor opção? Cooperativa de Crédito da JF avança mais um passo; Mantendo a Intranet sempre atualizada. **FEIRA LIVRE:** permutas e venda de imóvel

5

JFSP-NOTÍCIAS: JEF/Osasco inaugura Turma Recursal e sistema de julgamento "on-line"

6

JFSP-NOTÍCIAS: Mais uma vez, Campanha do Agasalho é um sucesso

7

SUPLEMENTO ESPECIAL: Centro de Memória - na segunda parte de sua entrevista, Sérgio Lazzarini, fala sobre planos econômicos e conflitos agrários

incorporar o tempo de serviço que trabalharam em atividades rurais, nas cidades em que nasceram, para fins de aposentadoria. São eles também que, chegados ao ABC a partir de 60, permitem supor que já constituam a maioria da população atual da região”.

...UM FUTURO VIRTUAL

Para um Fórum cujo principal desafio é o espaço físico, os autos virtuais, na opinião do juiz coordenador, surgem como perspectiva de um futuro melhor, que ele acredita se estenderá a toda a Justiça. “Pergunto-me”, diz Loverra, “como trabalhar hoje sem o auxílio da informática? Antes eu lia o Diário Oficial, recortava as decisões dos Tribunais Superiores publicadas meses depois de proferidas, e fichava. Hoje consulto, via internet, o que se decidiu dias antes”.

Com a tecnologia dos autos virtuais, Loverra acredita que é possível ter advogados cadastrados e conectados por senha especial para consultar e peticionar nos autos que patrocinam. “Para os processos que necessitem ser manuseados, pode-se fazer autos apartados dos documentos juntados e, surgindo alguma dúvida, consultá-los”, propõe.

...A SOLUÇÃO É UMA SÓ

Entre os problemas da administração, a grande dificuldade do juiz coordenador tornou-se o espaço. Segundo ele, o prédio é inadequado por muitos motivos a começar pela localização numa avenida central, estreita para escoar o trânsito que é intenso todas as horas do dia.

“Nas proximidades do Fórum, a partir das 19 horas, há pontos de prostituição. Os moradores já pediram nossa ajuda e fizemos três reuniões: com eles, com a Polícia Civil, a Militar e a Guarda Municipal, e não encontramos uma solução, porque ficar parado na rua não é crime. Estamos expostos e não temos como mudar a situação.”

Quanto ao prédio em si, Loverra destaca as dimensões e a concepção arquitetônica inadequadas. “Para abrigar os processos, a juíza titular da 3ª Vara, Ana Lúcia Yaker Meirelles de Oliveira, transformou o espaço destinado ao juiz substituto em um anexo e criou um mezanino dentro da secretaria que os servidores acessam por uma escada em caracol; na 1ª Vara o servidor divide seu computador com outro por falta de espaço para instalar outro equipamento. Os advogados comprimem-se nos balcões de atendimento, e para um deficiente físico participar de uma audiência é preciso carregá-lo no colo até a sala ou realizar a audiência em sala improvisada, no térreo, porque acesso ao piso superior só pode ser feito por escada.”

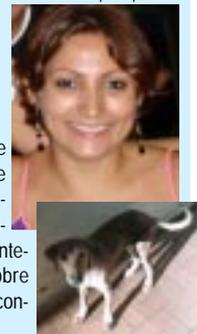
Regina de Fátima Bergamin, servidora lotada na 1ª Vara desde 1997, conta que a maior dificuldade daquela época era alocar processos, equipamentos e funcionários de forma adequada em razão do reduzido espaço nas Varas. “[Hoje] há uma grande preocupação, visto que o nº de processos é de quase 10 mil e o espaço continua o mesmo”, acrescenta. Arlene Braguini Cantoia, diretora da secretaria da mesma Vara, é enfática, “o prédio não tem condições para abrigar um Fórum!, ao que Loverra, juiz coordenador, arremata, “a solução é só uma: mudar.”

A 14ª Subseção Judiciária está localizada na Rua Marechal Deodoro, 2316, Centro. (DAS)

(* Fonte: Núcleo de Apoio Judiciário - NUAJ; (**) Fonte: IBGE, população estimada para 2004; (***) SEADE - <http://www.seade.gov.br>; (****) 31.01.1956, Juscelino Kubitschek toma posse; 16.06.1956, Juscelino cria o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA); 28.09.1956, inaugurada primeira fábrica de caminhões da Mercedes Benz, em SBC, com motor nacional

Canal Aberto

Fotos:arquivo pessoal



Costelinha

Em meio a algumas histórias sobre animais de estimação que li ultimamente neste Informativo, escritas pelos colegas, lembrei de uma que aconteceu comigo. É a história da Costelinha. Acho interessante contá-la, pois é uma lição sobre quando as coisas tem que acontecer, acontecem mesmo, não adianta fugir.

Na frente do comércio da minha tia, há alguns dias, fiquei sabendo que havia uma cachorrinha abandonada. Como tenho um incrível coração mole para essas coisas, juntei-me ao coro de funcionários e outros parentes que clamavam para ela adotá-la. Afinal, morava sozinha e seria uma companhia.

Cedendo aos nossos apelos, ela resolveu adotar o animal. Era uma cachorrinha parecida com aqueles salsichinhas da Cofap (marca de pneu), mas vira-lata. De tão pequena e magricela, logo ganhou o nome: Costelinha.

Dois dias depois, fiquei sabendo que a Costelinha havia fugido. Como era filhote e pequena, escapou pelas grades do portão. Fiquei chateada, mas não mais que minha tia, que já havia se afeiçoado ao animal.

Passou uma semana e estávamos reunidos na casa dela, quando uma prima, que havia saído para comprar refrigerante, chegou com uma caixa no carro. Ela estava nervosa, e fui ver o que tinha acontecido. Quando olhei dentro da caixa, lá estava ela, a Costelinha.

Infelizmente, ela não estava bem. Notei que havia sangue em seu pequeno corpo. Ela havia sido atropelada. Rapidamente, levamos Costelinha ao veterinário. Ele nos contou que ela tinha uns cinco meses de idade e a causa do ferimento era mesmo atropelamento. Feito os curativos, comprados os remédios, levamos o frágil ser embora.

Desta vez tivemos a precaução de fazer uma cerca no portão, para não haver surpresas. Ficamos todos indignados com o estado da cadelinha. Ela não comia, não emitia nenhum som e ficava imóvel, olhando para o nada. O jeito era esperar para ver o que aconteceria em seguida.

Os dias foram passando e Costelinha foi melhorando. Seu machucado cicatrizou e ela está bem. A minha surpresa foi no último domingo, quando fui visitá-la. Ela fez uma coisa que nunca havia feito com ninguém: pulou na minha perna, como se estivesse me saudando. E pensei sobre a nossa sorte de ter achado um ser tão dócil e frágil. Mas pensei principalmente na sorte da Costelinha, que ganhou na loteria duas vezes seguidas, ao ter sido encontrada novamente, no momento que mais precisava.

Viviane Ponstinnicoff de Almeida Centro de Memória

Foto: Arlene Braguini



Diretora da Secretaria da 1ª Vara, Arlene Braguini Cantoia

Foto: Arlene Braguini



Regina de Fátima Bergamin, na 14ª Subseção desde a inauguração

Fotografia

OS GRANDES FOTÓGRAFOS EADWEARD MUYBRIDGE

1830-1904

Eadweard James Muybridge nasceu na Inglaterra e mudou-se para os Estados Unidos por volta de 1852. Começou sua carreira de fotógrafo em 1860 na Califórnia e logo se tornou conhecido como um grande fotógrafo de paisagem.

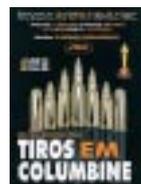
Em 1872, mesmo com as restrições técnicas da época, conseguiu fotografar vários ângulos de um cavalo em movimento. As fotografias eram tomadas numa velocidade de 1/6000s. Muybridge desenvolveu novas técnicas, equipamentos e químicas, conforme sua necessidade, como o zoopraxiscópio que projetava em sucessão rápida, imagens simulando movimento. Esta invenção é considerada, para muitos estudiosos, como a Invenção do Cinema! Deixou um enorme acervo de imagens de homens, mulheres e crianças em ação. O trabalho de movimento de Muybridge serviu de matéria de pesquisa para atletas, artistas, cientistas, enfim todos aqueles que necessitavam conhecer a fundo o funcionamento dos músculos e o centro de gravidade dos corpos em movimento. O padrão utilizado como fundo tinha a função de auxiliar esses estudos. (fonte:www.cotianet.com.br)



CineVÍdeo

Tiros em Columbine e Fahrenheit 9/11

Documentários/EUA/2002-2004/Michael Moore



Dirigidos por Michael Moore, ambos os documentários “balançaram” os Estados Unidos e o mundo com suas revelações e insinuações. Ganhadores de diversos prêmios internacionais, eles mostram um lado sombrio da sociedade americana. *Tiros em Columbine* tenta descobrir por que muitos americanos são apaixonados pelas armas de fogo. Seu ponto de partida é a tragédia da escola pública em Columbine, quando dois jovens entraram armados, mataram 12 colegas e um professor, e suicidaram-se em seguida. *Fahrenheit 9/11* revela o que se passou no governo Bush antes, durante e depois do atentado de 11 de setembro de 2001, sua estranha relação com a família de Osama Bin Laden e as investidas contra o Afeganistão e o Iraque. São documentários obrigatórios, provocantes e reveladores, que vão muito além do noticiário visto todos os dias na televisão e nos jornais. (RAN)



O Fórum de Debates visa estimular a troca de idéias entre os juizes da Subseções Judiciárias do Estado de São Paulo. A idéia é simples: dois juizes, de fóruns diferentes e distantes, respondem uma mesma pergunta. A pergunta é:

Autos Virtuais: bom para todos ou só para os JEFs?

São José do Rio Preto

DÊNIO SILVA THÉ CARDOSO

Juiz Federal da 5ª Vara do Fórum de São José do Rio Preto

Tentarei tecer alguns comentários acerca do tema, comentários esses que ficam um pouco prejudicados por não ter esse juiz atuado ainda perante os Juizados Especiais Federais. Ou seja, sou quase leigo no assunto, no que diz respeito às peculiaridades do efetivo uso de autos virtuais.

A impressão inicial que, de logo, aflige o juiz usuário dos autos convencionais, como eu, é a de que seria prejudicado o contato físico do juiz com os autos, contato esse inexistente no caso dos autos virtuais. Ou seja, preocupa-me a perda daquele feeling, daquela primeira impressão que tem o juiz ao manusear os documentos dos autos, detectando eventuais irregularidades, falsificações, rasuras, dentre outros, o que, nos dias de hoje, é deveras importante.

Outra preocupação que tenho é quanto à segurança de todos os dados (imagens e textos) dos autos virtuais, que exige uma política de segurança de dados rígida. Atualmente, pelo menos podemos confrontar os dados inseridos no sistema informatizado com o que efetivamente consta nos autos convencionais, o que não teríamos com os autos virtuais.

Muito embora sempre se tenha a natural tendência a resistir a mudanças, entendo que a utilização de autos virtuais, em todos os processos em um futuro próximo, será um fator ímpar na melhora da prestação jurisdicional, em especial no que tange à uniformidade de procedimentos, à celeridade na tramitação dos feitos, à extinção de algumas práticas processuais consagradas (vg., carga e descarga dos autos), etc.

A implementação de autos virtuais de Execuções Fiscais, segundo penso, seria de extrema importância, porquanto racionalizaria todo o serviço excessivo encontrado nas Varas Especializadas, facilitando a prestação jurisdicional executiva, que deve ser - mais do que nunca - célere. Dado o passo inaugural rumo à virtualização total de autos na Justiça Federal com o JEF's, seria ideal que o segundo passo fosse dado com as Execuções Fiscais.

É claro que tal mudança envolverá igual e proporcional mudança de atitude dos juizes e servidores quanto à forma de atuar em autos virtuais, o que requer, em especial, treinamento. E não apenas dos juizes e servidores, mas também dos demais operadores do Direito, como os advogados, membros do MP, peritos, dentre outros. Não se olvide, outrossim, da necessária disponibilidade de recursos orçamentários para a citada virtualização total dos processos, para fins de aquisição de materiais e programas de informática.

É, pois, um desafio de que não podemos fugir, e que se torna - a cada dia que passa - mais inadiável em razão da exigência crescente da Sociedade por um Judiciário dinâmico, célere, moderno, enfim eficiente.

Assis

ELÍDIA APARECIDA DE ANDRADE CORRÊA

Juíza Federal em Assis/SP

"A questão, para ser respondida, demanda uma série de considerações, especialmente acerca dos prós e contras. Os prós são evidentes. A implementação de autos virtuais já é realidade nos JEF's e também na execução fiscal, garantindo o sigilo, a validade, a autenticidade, a segurança e a integridade das ações judiciais, decorrendo uma maior celeridade na prestação jurisdicional, maior segurança das informações, redução do tempo de seu trâmite em decorrência da otimização dos trabalhos judiciais e do fato de que alguns dos procedimentos realizados nos autos ocorrem em tempo real entre os envolvidos, redução do volume de papel com benefícios econômicos, diminuição da mão-de-obra e seu redirecionamento para outras áreas deficitárias, redução de trabalho repetitivo (furar, carimbar, rubricar, juntar), disponibilidade imediata das informações processuais, otimização da gerência e administração judiciária, melhor atividade de correção da Vara pelo Juiz Titular, gravação dos depoimentos das audiências, qualidade e limpeza do ambiente do trabalho, intercâmbio de dados entre os entes envolvidos, através da troca de informações, etc.

Para as ações judiciais que tratam de matéria meramente de direito ou onde a prova será colhida exclusivamente pelo próprio juízo, não vejo maiores problemas, só tendo pontos positivos a existência de autos virtuais. Vejo problemas, porém, quando a ação for instruída com a juntada de "documentos materializados", pois a qualidade do documento "scaneado" não possibilita perceber se o documento original possui rasuras ou falsificações grosseiras. Nestes casos, seriam necessárias medidas para coibir fraudes processuais, tais como instituir um incidente de Justificação Documental, com a exigência de apresentação, por parte do requerente da prova, dos documentos originais, de forma que permaneçam arquivados em Secretaria até o trânsito em julgado da sentença de mérito.

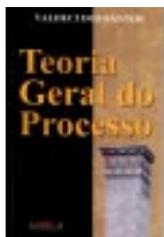
Outro problema, de menor alcance, encontramos na dificuldade de cotejamento e análise de várias páginas, ao mesmo tempo, dos autos virtuais, fazendo com que o interessado se veja obrigado a imprimir as páginas para conseguir seu intento. Mas para corrigir esta dificuldade, basta adaptar o programa de forma que fiquem abertas, ao mesmo tempo e na mesma tela, várias janelas.

Em conclusão, entendo que os autos virtuais são bons - possíveis e necessários - não só para os JEF's, mas também nas execuções fiscais, como já vêm sendo usados, assim como em todos os processos da Justiça Federal, de Primeira e Segunda Instâncias. Nesse passo, observe-se que há projeto de lei, de iniciativa da AJUFE - Associação dos Juizes Federais, em trâmite no Congresso Nacional para a informatização de todo o processo judicial nacional, o que, com certeza, consistirá em um avanço para o Poder Judiciário e cumprirá o comando constitucional da maior celeridade processual insculpido no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, introduzido com a E. C. n. 45/2004."

Publicações (livros, artigos, sentenças)

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Valdeci dos Santos, juiz federal coordenador da 5ª Subseção Judiciária, em Campinas, no dia 26 de abril lançou o seu livro *Teoria Geral do Processo*, no auditório da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) naquela cidade.



A obra, segundo o autor, é resultado das anotações de aula de Teoria Geral do Processo que ele ministra na PUC/Campinas e surge, assim, didaticamente apresentado em cinco partes. A primeira delas faz uma abordagem de uma teoria geral e estuda os princípios constitucionais do processo; na segunda, estuda-se a jurisdição, organização judiciária e competência; na terceira surge a ação, seus elementos, condições e classificação; na quarta, estuda-se o direito de defesa e na última e quinta parte o autor estuda todos os aspectos do processo, teorias de prova e dos recursos, sentença e coisa julgada.

Teoria Geral do Processo; Valdeci dos Santos; Bookseller Editora Ltda; Campinas; 2005

APONTAMENTOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

José Francisco da Silva Neto, juiz federal da 3ª Vara em Bauru, primeiro colocado na magistratura federal paulista em 1995, procura, com a experiência e a visão também próprias ao magistério, explicar o Tributário com objetividade, clareza e consistência, ao longo de 443p.



Adquira seu livro na Ed. Forense (www.forense.com.br), em livrarias, na CAASP/OAB.

BAURU

NOTAS FALSAS, qual a melhor opção?

A 1ª Vara da 8ª Subseção Judiciária, em Bauru, está preocupada com o envio de notas falsas. Como se sabe, nos termos do artigo 270, inciso V, do Provimento nº 64/05, do CJF/3ª R, essas notas devem ser encaminhadas ao Banco Central onde permanecerão custodiadas até a determinação judicial de destruição das mesmas.

Em contato com a Corregedoria, foi sugerido à diretora de Secretaria daquela Vara, Márcia Aparecida de Moura Clemente, que essas notas fossem entregues pessoalmente, preferencialmente por Agente de Segurança, ao BACEN, Seção de Meio Circulante, mediante ofício.

No entanto, Márcia explica que o agente de segurança da 1ª Vara presta serviço dentro da Secretaria, pois possui qualificação para ser indicado para a função de supervisor, e sua saída para eventuais entregas prejudicaria o fluxo de trabalho, considerando o quadro atual de servidores ser exíguo.

Márcia descarta a remessa das notas falsas via correio/malote, "considero-a insegura para o material de que se trata e pergunto-me, quem seria o responsável em caso de eventual extravio?"

A remessa de notas verdadeiras, prevista pelo Prov. nº 64/05, art. 270, inciso III/IV, determina o recolhimento de moeda nacional a uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF), em depósito judicial, e a moeda estrangeira, nos locais onde não há representação do Banco Central, também é encaminhada à CEF para custódia em espécie. "Essa formas de recolhimento", diz Márcia, "têm demonstrado serem seguras e eficazes".

Diante da situação, a diretora da Secretaria da 1ª Vara busca a opinião de diretores de outras subseções judiciárias do Interior e pergunta: "como enviar moedas falsas ao BACEN de forma prática e segura?" (DAS)

Cooperativa de Crédito da JF avança mais um passo

O grupo organizador da Cooperativa de Crédito Mútuo da Justiça Federal de São Paulo informa que já se encontra no Banco Central do Brasil o pedido formal de autorização de seu funcionamento. Trata-se de um "dossiê" que consubstancia as informações preliminares que foram requisitadas. "Procuramos enfatizar que na Justiça Federal existe um enorme potencial de viabilidade econômica-financeira dos sócios-cotistas", diz Ramon Terada, um dos organizadores do grupo.

Segundo ele, ainda resta a segunda fase da batalha, que é a **constituição** da cooperativa. Na oportunidade os sócios-cotistas farão uma assembleia geral para escolher o corpo diretivo e definir o valor inicial que será depositado no Banco Central. "Nossa estimativa é que isso ocorra daqui a 60 ou 90 dias".

O que é a Cooperativa de Crédito Mútuo?

A Cooperativa de Crédito Mútuo é considerada uma INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, porém sem fins lucrativos e não sujeita a falência. É uma sociedade constituída de pessoas (Sócios-Cotistas), com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados.

Vantagens

São várias as vantagens de uma cooperativa: empréstimos a juros irrisórios, menores que os do mercado; créditos mensais de até 1% ao mês sob o saldo individual; o saldo não sofre deterioração com a inflação; formação de poupança familiar; decisões político-administrativas ao alcance e influência de todos os Sócios-Cotistas; por ser uma organização jurídica independente, possui maior poder de negociação, possibilitando convênios com diversas empresas; fundo de reserva para Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado aos associados e seus familiares; e muito mais.

Garantias

Como Instituição Financeira, ela é autorizada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil. A Cooperativa é constituída por uma sociedade "pulverizada", ou seja, não fica sob a responsabilidade de apenas um único sócio. O corpo diretivo é formado pelos Sócios-Cotistas, colegas da JF, eleitos em assembleia geral, e o saldo é controlado individualmente.

Como participar?

Quanto maior o número de participantes e maior o volume de dinheiro, mais forte será a Cooperativa. Para confirmar o seu interesse ou obter mais informações, mande um e-mail para um dos organizadores: Ramon Terada (rterada@jfsp.gov.br); Rogério Cidade (rcidade@jfsp.gov.br); Rodrigo Sarkis (rsarkis@jfsp.gov.br). (RAN)

MANTENDO A INTRANET SEMPRE ATUALIZADA

A *Intranet* da Justiça Federal de São Paulo é o principal canal de informações entre o servidor e a administração. Lá encontram-se serviços essenciais como folha de pagamento, call-center, formulários on-line, biblioteca, tabelas da contabilidade, histórico da instituição, composição dos fóruns, suas varas, os setores administrativos, suas atribuições e seus diretores responsáveis, além de manuais que auxiliam no dia-a-dia do servidor (Pro-Social, Groupwise, intranet, Lei 8.112/90, etc.).

Para que essa diversidade de informações não fique desatualizada, é necessária a colaboração de todos. A supervisora da Seção de O&M, Ruth Lima Villar, alerta para a existência de uma Ordem de Serviço (nº 13/2001-DA), que regulamenta a atualização da *Intranet*. Nela se lê: "Seu conteúdo deverá sofrer atualizações periódicas, sendo cada área responsável pelas informações fornecidas, após aprovação desta Diretoria do Foro".

Por isso é fundamental que todos fiquem atentos às mudanças de sua área. "Sempre que houver uma alteração no setor, seja de telefone, direção ou outros serviços, é importante que nós sejamos informados imediatamente para atualizarmos a página (*Intranet*) o mais rápido possível", recomenda Ruth Lima Villar. "Desta forma, as informações estarão sempre atualizadas".

"Uma dica importante é verificar no seu fórum se houve mudanças no quadro de supervisores e responsáveis nas áreas administrativas, quem é o juiz titular da vara, telefones e endereços", destaca Hélio Cesário Martins, servidor da O&M. Segundo ele, as informações que costumam mudar com maior frequência são os nomes dos magistrados e diretores nas páginas das varas e a lista de telefones.

Como proceder?

- Verifique na *Intranet* onde estão as informações sobre sua área de atuação;
- Procure os respectivos links. Se você trabalha na área meio, veja diretoria do foro, subsecretarias, núcleos, seções, etc.; Se na área fim, veja fóruns, composição de varas, etc.;
- cheque os dados;
- Em caso de alteração, envie um e-mail para Organização & Métodos: oem@jfsp.gov.br



Feira Livre

Se você possui algo que não lhe é mais útil e deseja trocar, doar, comprar ou vender, anuncie aqui. Não deixe de colocar nome, lotação e ramal para contato.

PERMUTA

Lotação no interior (sem permuta) Técnica Judiciária tem interesse em ser requisitada para uma das seguintes cidades: Americana, Bragança Paulista, Guaratinguetá, Piracicaba, SJCampos, Taubaté, Sorocaba, São João da Boa Vista. Jeane (11) 6844-5108 ou jedmills@jfsp.gov.br.

Capital para Capital: Téc.Jud./Adm., prestando serviços no CPD - F. Pedro Lessa. Tenho

interesse em permutar p/ ADM (Liberor/Rep). Estudo permuta para JEF/SP. Luis, lhayashi@jfsp.gov.br
S.Paulo para Campinas: Téc. Jud., Adm. tem interesse na mudança da 10ª V. Fed. Criminal em São Paulo para Campinas (Varas ou Juizado Especial) Márcio Henrique de Moraes Baroni. Contato: (11) 2172-6610 (10ª Vara) / Campinas (19) 3252-8312.

Capital para São José dos Campos: Vaga de Técnico Judiciário na 9ª Vara Cível Federal/ou Permuta para SJCampos. Priscilla de Mendonça Marmo, pmmarmo@jfsp.gov.br, tel.: (11) 2172-4319.

Capital para Campinas: Téc. Jud. lotada na 8ª V. de Execuções Fiscais/Capital faz permuta com servidor lotado em Campinas / S.P. Fabiana fffaria@jfsp.gov.br ou Gustavo gcfaria@jfsp.gov.br ou tel.: (19) 3234-6323, (19) 3734-7022, (11) 2172-3608, (19) 8147-4408. Fabiana Trevisan Elói Faria.

VENDA
Sobrado/Jd Raposo - Vende-

se. Terreo: Garagem de laje/terraceo, sala 2 ambientes, sala de TV (3º dormitório), banheiro, coz. planejada, área de serviço e quintal gramado. Superf. 2 amplos dormitórios, banheiro, saleta para escritório. Km 15 da Raposo Tavares, rua tranquila (tipo vila), próxima a Extra, Carrefour e Shopping Raposo. R\$100 mil à vista ou R\$60 mil mais transferência de financiamento - SACRE/CEF. Contato com Jeane - (11) 6844-5108 - jedmills@jfsp.gov.br

Visite nosso site e confira a lista completa dos anúncios, clicando em "Oportunidades", no site: <http://imprensa.jfsp.gov.br>

CONVÊNIO DE DESCONTOS

O CADASTRAMENTO CONTINUA!!

Avaré, Bragança Paulista, Ribeirão Preto e São Paulo já têm convênio com hotéis, restaurantes, farmácias, cine&foto&ótica... que você pode usar! Confira no endereço: (a lista é atualizada permanentemente)

<http://intranet.jf.sp.gov.br/campanha/convencios/precampana.htm>

Procure o supervisor administrativo de seu Fórum



EXPEDIENTE: Publicação quinzenal da Seção de Divulgação Social da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado de São Paulo. **Diretor do Foro:** Paulo Sérgio Domingues. **Diretor da Secretaria Administrativa:** Eduardo Rabelo Custódio. **Projeto Gráfico/Web:** Elizabeth Branco Pedro. **Equipe:** Dorealice de Alcântara e Silva, Elizabeth Branco Pedro, Giuseppe Campanini, Ricardo Acedo Nabarro. **Colaboração:** Viviane Ponstnicoff de Almeida. **Tel.:** (11) 3338-1775, **site:** <http://imprensa.jfsp.gov.br>, **e-mail:** JF-imprensa@jfsp.gov.br

17/06/2005 JEF/Osasco inaugura Turma Recursal e sistema de julgamento "on-line"

Fotos: Giuseppe Campanini



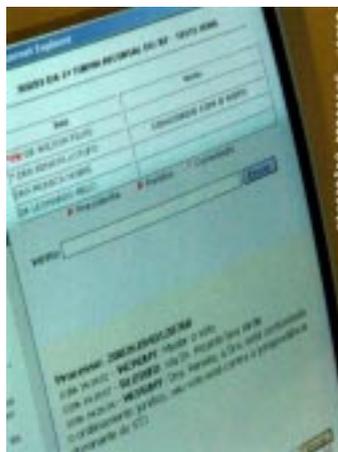
Foi inaugurado, no último dia 17/06, a primeira Turma Recursal de JEF fora da Capital, no município de Osasco. A nova Turma julgará os recursos dos Juizados Especiais Federais de Osasco, Registro, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Sorocaba, Caraguatatuba e Santos. Na ocasião, os juizes federais membros da Turma, acompanhados pelos vinte novos juizes empossados no dia 10/06, presenciaram a simulação de um julgamento "on-line", sistema criado especialmente para essa finalidade.

"Destá maneira, o juiz não precisará se deslocar até o JEF de Osasco para apresentar seu voto. Tudo poderá ser feito 'on-line', na forma de *chat*", conta Jader Carlos Videira, diretor da divisão de informática dos JEF's. Segundo ele, a sessão poderá ser acompanhada via *internet* pelos advogados, procuradores e partes interessadas.

Após a apresentação do julgamento "on-line", a nova Turma iniciou os trabalhos, mas desta vez na forma "tradicional" (reunidos pessoalmente). Foram julgados 671 recursos que estavam na pauta, dos quais 620 eram referentes à majoração da alíquota da pensão por morte. "Estes foram julgados numa taca-da só", definiu o presidente do JEF/Osasco, juiz federal Ricardo de Castro Nascimento. Foi o primeiro julgamento em bloco com esse tipo de matéria. Na sessão, o recurso do INSS que visava derrubar a liminar favorável ao aumento da alíquota foi negado por unanimidade.

O coordenador dos JEFs/3ª Região, desembargador federal Santos Neves, ressaltou a importância da proximidade da Turma Recursal à cidade originária do processo. "Além de desafogar as turmas do JEF da Capital, aproximamos esse tipo de julgamento (recurso) ao seu local de origem. No futuro, esperamos que todos os Juizados tenham sua própria Turma Recursal".

Além de Ricardo de Castro, fazem parte do novo colegiado os juizes federais João Eduardo Consolim (JEF/Registro), Rafael Andrade de Margalho (JEF/Caraguatatuba), Sidmar Dias Martins (JEF/Jundiaí) e Luiz Antônio Moreira Porto (JEF/Sorocaba - ausente por motivo de férias). (RAN)



Na coluna de fotos à esquerda, juizes acompanham julgamento on-line simulado. Na coluna à direita, o primeiro julgamento da nova Turma Recursal

27/06/2005 Mais uma vez, Campanha do Agasalho é um sucesso

Pelo segundo ano consecutivo, a Justiça Federal de São Paulo se mobilizou para ajudar os mais necessitados a enfrentar o frio do inverno. Somente nos fóruns da Capital (os números do interior serão divulgados posteriormente) foram doadas 750 peças de roupas e sapatos e adquiridos 325 cobertores com o dinheiro arrecadado (R\$2.450,00). "Um verdadeiro sucesso! Desta vez, a doação em dinheiro superou as nossas expectativas", conta Cibele Martinez Quilici, organizadora da Campanha na Capital.

Cinco instituições foram beneficiadas na Capital: Abrigo da Velhice Desamparada Bezerra de Menezes; APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guarulhos); Casa de David (dedicada às crianças excepcionais carentes); COTIC (Centro Organizado de Tratamento Intensivo à Criança); SEFRAS (Serviço Franciscano de Solidariedade).

FAZENDO A DIFERENÇA

Com 43 anos de existência, a Casa de David abriga atualmente 304 pacientes excepcionais, todos ingressados ainda jovens. "O interno mais antigo da Casa está aqui há mais de trinta anos", conta a assis-

tente social Miriam Soares Rocha. Segundo ela, são crianças vindas de todas as regiões do Brasil, muitas vezes abandonadas pelas famílias, que se tornam adultos dentro da instituição.

A Casa presta assistência e moradia a portadores de deficiência mental leve, moderada e severa, associada ou não ao comprometimento físico. Com cerca de 500 funcionários de diversas áreas de especialização (atendimento médico, odontológico, enfermagem, fisioterapia, etc.), ela alterna períodos estáveis com outros de extrema dificuldade. "As doações acabam não sendo suficientes para atender às necessidades. Hoje, por exemplo, faltam cobertores, toalhas de banho e calçados", relata Simone Augusta Aragão, coordenadora das necessidades básicas.

Foram entregues à Casa de David 81 cobertores e quase 200 peças de roupas. "Quando vi que vocês trouxeram cobertores, fiquei emocionada. Como vocês podem perceber, aqui faz muito frio nessa época (lá é uma região montanhosa e arborizada). Com certeza, esses cobertores farão a diferença!", diz Simone.

PARA UMA VELHICE COM DIGNIDADE

Fundado em 15/01/1941, o Abrigo da Velhice Desamparada Bezerra de Menezes recebe gratuitamente idosos e inválidos desamparados, de ambos os sexos, sem distinção de raça, ideologia política ou crença religiosa. Sua sobrevivência é baseada unicamente nos donativos que recebe e na contribuição de seus associados. "Sem as doações não seríamos capazes de existir", conta Maria Aparecida Gabriel, assessora da diretoria administrativa.

Apenas na unidade da Penha, são 130 idosos que contam com médicos, enfermeiras, dentistas, atividades de artesanato, e até uma pequena UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) para casos de emergência. "Em sua maioria são idosos que foram abandonados pelas famílias e que não tem condições financeiras de sobrevivência".

Sorridente e falante, prestes a completar 102 anos de idade, M.S.M. nos

Maria Aparecida, do Bezerra de Menezes, "sem as doações não seríamos capazes de existir"



Mara, Cibele e Hugo, responsáveis pela Campanha na Capital. Abaixo, colaboradores da Campanha



PARA UM MUNDO DIFERENTE



O dia-a-dia corrido tem se tomado para muitos de nós, moradores desta metrópole, uma desculpa, muitas vezes apropriada para adiarmos o que de fato é importante. É a eterna desculpa do "amanhã eu faço, amanhã eu ligo, amanhã eu vejo..." e assim a gente vai empurrando para amanhã coisas que deveriam ser feitas hoje. Este ano, para a entrega das roupas de frio e cobertores que arrecadamos na Campanha do Agasalho, tive a oportunidade de visitar a APAE de Guarulhos e a COTIC que recebe crianças com vários tipos de deficiência.

Na COTIC conheci o Mateus um menino de 2 anos, cardiopata já operado que está de namoro com uma família. Tinha o Carlinhos, também com 2 anos, um sorriso de deixar qualquer um maluco que tem hidrocefalia e que ficava a todo instante nos chamando "Tia, tia!!". Isabela, com 5 anos, vaidosa, com as unhas pintadas, com melo (um amolecimento anormal da medula espinhal), que ficou me mostrando a roupa de cama do seu berço. A Tainá, com 9 meses, recém chegada com problema de refluxo e desnutrida, separada da mãe que tem algum tipo de distúrbio comportamental, bastava um olhar nosso para ela se abrir em um sorriso infinito. Miriam,

com deficiência mental, que recebe periodicamente a visita de uma pessoa aqui da Justiça e lê histórias para ela. Um bebê encontrado dentro de uma caçamba, portadora de uma dessas síndromes que reduz ao mínimo o tempo de vida.

Na APAE conheci adolescentes, jovens e adultos nas mais diversas situações. Portadores da síndrome de down sendo alfabetizados, participando de oficinas onde confeccionam bijuterias, trabalhos manuais; outros portadores de síndromes mais complexas com características de um autista que só conseguem trabalhar dentro de uma rotina. Crianças com nome, idade, e uma história de vida que desde ontem passam a fazer parte da minha história.

Conheci também pessoas comprometidas não com uma causa, mas com outras pessoas. Pessoas que escolheram trabalhar, cuidar, mas acima de tudo, amar. E amar todos nós podemos. Amamos quando tratamos os outros como gostaríamos de ser tratados. Amamos quando contribuímos para aliviar a necessidade do outro. Amamos quando nos envolvemos, não apenas com uma campanha, mas com os Carlinhos, Tainás, Mateus e Isabelas.

Se queremos um mundo diferente, precisamos fazer a diferença. E fazemos a diferença quando amamos, não deixando para amanhã o que podemos fazer já.

Mara Rúbial/SUAF/Administrativo

recebe em seu leito, na ala feminina. "Obrigado por nos visitarem. É uma alegria recebê-los aqui. Voltem sempre que puderem!", disse. Com 25 anos de internação, ela é a mais antiga "moradora" do abrigo.

A procura pela instituição é grande e não pára de crescer. "Estamos com uma fila enorme de espera. Quando aparece uma vaga, enviamos uma equipe para analisar a real situação do idoso e assim fazer uma seleção entre os que mais necessitam", afirma Maria Aparecida. (RAN)

Simone Augusta Aragão, coordenadora das necessidades básicas. Abaixo, Sônia, Miriam e Marie, assistentes sociais da Casa de David recebem as doações da JF



CONHEÇA MELHOR CADA INSTITUIÇÃO

Abrigo Bezerra de Menezes. Ampara idosos e inválidos desamparados. Rua Dona Vicentina Alegratti, 265, Penha, São Paulo, SP. Tels.: (11) 6641-1369 / 6641-7574 / 6641-6293. Site: www.abrigobezermenezes.org.br

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Jovens com deficiência mental. Site: www.apaes.org.br

Casa de David. Crianças excepcionais carentes. Rodovia Fernão Dias, km 82, Vila Airosa, São Paulo, SP. Tels.: (11) 6455-1133 / 6455-1033. Site: www.casadedavid.org.br

COTIC - Centro Organizado de Tratamento Intensivo à Criança. Crianças e adolescentes portadoras de doenças mentais. Rua do Horto, 805, Horto Florestal, São Paulo, SP. Tel: (11) 6261-5797. Site: www.cotic.org

SEFRAS - Serviço Franciscano de Solidariedade. Crianças e adultos moradores de rua e soropositivos. Largo São Francisco, 133, 6º and., centro, São Paulo, SP. Tel.: (11) 3291-2404 / 6601-7763 / 3209-3353. Site: www.sefras.org.br

A HISTÓRIA

Sérgio Lazzarini PARTE II

Após ter feito carreira como juiz federal da 21ª Vara (a primeira especializada em reforma agrária), Sérgio Lazzarini voltou a lecionar e exercer a advocacia, sua grande paixão. Nesta edição publicamos trechos de seu depoimento sobre a época dos planos econômicos, sua experiência em conflitos de terras e mais.

OS PLANOS ECONÔMICOS

“O período em que o número de processos aumentou foi quando começaram os planos econômicos (...) Vimos coisas muito tristes; havia pessoas que chegavam na Justiça e pediam para falar com os juizes e choravam na nossa frente. Houve pessoas dizendo que iam se suicidar, que tinham obrigações, não conseguiam sustentar os filhos, tinham vendido a casa e o dinheiro da venda ficou bloqueado (...) fomos os primeiros a liberar esses pedidos de dinheiro (...) A Justiça Federal de São Paulo começou a ter filas, que davam voltas no prédio (...)”

Fotos:Giuseppe Campanini



A EXPERIÊNCIA EM CONFLITOS AGRÁRIOS

“Essa Vara era a única em São Paulo, que além da competência normal, era especializada em Reforma Agrária (...) Foi uma experiência nova e gratificante também, por ser uma Vara especializada em Reforma Agrária. Essa Vara cuidava de todo o Estado de São Paulo. Qualquer conflito de área em que a fazenda ou propriedade fosse considerada improdutiva, o INCRA - Instituto Nacional para a Colonização e Reforma Agrária - pedia a desapropriação. O proprietário resistia, e havia as invasões dos sem-terra nessas fazendas. Quando o INCRA demorava a desapropriar uma fazenda, os sem-terra invadiam para apressar o processo dentro do INCRA (...)”

OS DESAFIOS DA MAGISTRATURA

“Hoje a Justiça tem outro problema a enfrentar, que é o congestionamento de processos. O Supremo está fazendo estatísticas de estudos para ver o que está acontecendo. Os Juizados estão resolvendo uma parcela do problema, mas não todos (...)”

O JUIZ IDEAL

“Um juiz novo tem que ter três preocupações. Primeiro: nunca decidir nada emocionalmente. Se tiver uma dúvida, deve-se deixar passar, esperar passar a emoção para decidir com equilíbrio. Segundo, a justiça é muito impulsionada por grandes interesses econômicos, financeiros, e o juiz precisa estar isento disso, precisa ter coragem de enfrentar. O juiz não pode ter medo do Estado, ele não pode querer agradar os superiores; tem que agir com independência. E terceiro, o juiz tem que tomar muito cuidado para não decidir de acordo com aquilo que se chama de clamor público (...)”

A íntegra do depoimento do Dr. Sérgio Lazzarini encontra-se disponibilizada na página da *intranet*, no link do Centro de Memória (*Diretoria do Foro/Centro de Memória/Magistrados*). (RAN)

SAIBA MAIS

No dia 28 de fevereiro de 1986, o Presidente José Sarney anunciava a implantação do Plano Cruzado. Na denominação do então Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, “Plano para um programa de estabilidade econômica”, através do qual o cruzeiro perdia três zeros e recebia a denominação de cruzado.

....

Entre as medidas mais polêmicas destacaram-se o fim da correção monetária e o tabelamento de preços. Para a aplicação do choque o governo valeu-se do recurso de diversos decretos-leis.

....

Não era a primeira vez que a moeda oficial brasileira assumira este nome. No período compreendido entre 1580 e 1640, a moeda de ouro que circulava no Brasil também era conhecida por cruzado.

....

Enquanto isso, em Belo Horizonte, a Procuradoria Geral da República entrava com recurso de agravo de instrumento contra a decisão do Juiz Federal mineiro Antônio Augusto Catão Alves que liberava a exibição do filme “Je Vous Salue Marie”, de Godard.

Cartas

Envie cartas, e-mails, sugestões ou dúvidas sobre o “CENTRO DE MEMÓRIA”.
E-mail: cmjf@jfsp.gov.br. Participe!